

Resenhas de livros

Vendendo prosperidade — sensatez e insensatez econômica na era do conformismo

Paul Krugman

Rio de Janeiro, Campus, 1997

Os paradigmas econômicos — como de resto qualquer paradigma científico, na concepção de Thomas Kuhn — são constituídos por crenças e pressupostos — tácitos e explícitos — compartilhados pela comunidade de cientistas que os suportam e mantêm. No caso da *dismal science*, a clivagem que permite separar os paradigmas uns dos outros é o grau de fé no mercado. As escolas conservadoras, na extrema direita do espectro político, reverenciam a “mágica do mercado”, considerando-a em condições de resolver qualquer problema econômico. Na extrema esquerda, encontram-se aqueles que consideram o mercado como algo nefasto que atende apenas aos interesses da classe dominante e, por isso, deve ser eliminado em favor de uma economia centralmente planificada.

O conservadorismo econômico teve uma grande ascensão política nos anos 80, com a *reaganomics* nos E.U.A. e o “thatcherismo” no Reino Unido. Já a segunda vertente, com o debacle da antiga União Soviética, parece ter seus dias contados.

É no contexto desse debate que o livro de Paul Krugman se situa, apresentando argumentos contra a visão conservadora¹, embora não chegue a ponto

de discutir as opções socialistas de organização da sociedade. Ao contrário, como bom economista americano do *mainstream*, Krugman faz questão de afirmar que “uma verdadeira economia de mercado, ao contrário de uma economia de mercado ideal, é um sistema altamente imperfeito, mas que funciona melhor do que qualquer um dos outros [sistemas] que já experimentamos”. E continua, meio que se desculpando pelos ataques feitos às políticas não intervencionistas: “A ênfase nas imperfeições do mercado não tem a intenção de condenar o sistema [...], quer apenas explicar como as coisas às vezes podem dar errado” (p. 259, nota 3).

Esse ato de contrição, no entanto, longe de prejudicar o livro, o torna mais realista, porque o afasta de radicalismos estereis. De fato, Krugman faz um belo trabalho, não apenas de história do pensamento econômico americano contemporâneo, mas das políticas públicas implementadas pelos diversos governos que se sucederam na Casa Branca. O livro procura entender e sugerir explicações para os acontecimentos que marcaram a vida econômica dos E.U.A. nas três últimas décadas. Escrito de forma clara e didática, recheado de observações e comentários irônicos e iconoclastas, o livro é leitura fácil e agradável.

maior intervenção do Estado no funcionamento da economia). Grosso modo, os liberais americanos estão mais ligados ao Partido Democrata e os conservadores mais engajados no Partido Republicano.

¹ Cabe lembrar aos leitores o fato de o termo “liberal” ter, nos Estados Unidos, uma conotação diferente daquela dada no Brasil. Ou seja, aqui se denomina de “liberal” ou “neoliberal” economistas de tendência mais conservadora (ou com uma fé maior no mercado), enquanto que nos E.U.A., essa categoria é reservada aos economistas (e políticos) considerados progressistas (ou que acreditam numa

A história que Krugman nos conta é, até certo ponto, preocupante. Depois de um crescimento ininterrupto do nível de vida, com a duplicação do salário real das famílias no período que vai do final da Segunda Guerra Mundial até 1973, a mágica da prosperidade americana subitamente acabou. Por razões ainda pouco claras, os E.U.A. passaram a ter que conviver não apenas com um declínio significativo da taxa de crescimento da produtividade na economia mas, o que é pior, com uma marcante deterioração da distribuição de renda de sua população.

O livro descreve as várias tentativas feitas pela sociedade americana, tendo à frente os seus políticos, para encontrar um novo grupo de economistas (ou mágicos) que pudessem explicar o que estava acontecendo e levar a economia americana de volta aos anos dourados do pós-guerra. Esse busca foi marcado por dois fatores básicos: as oscilações pendulares das ideologias que a inspiraram; e o surgimento de uma diferenciação nos profissionais de economia que a assessoraram: de um lado os acadêmicos tradicionais ou professores e do outro os “empresários de políticas”.

Do ponto de vista acadêmico, o debate da década de 70 pode ser caracterizado pela influência crescente dos economistas conservadores, cujos argumentos convincentes contra um governo intervencionista mantiveram os economistas liberais na defensiva. Entretanto, a vitória de Ronald Reagan em 1980, apesar de politicamente constituir-se numa ascensão do conservadorismo político, não representou, na visão de Krugman, uma predominância do ponto de vista da economia acadêmica conservadora. Quem na verdade ditou as regras que a economia deveria seguir foram os empresários de políticas conservadores. Fato semelhante ocorreu quando da ascensão de Clinton à Casa Branca, que não significou a volta dos economistas liberais ao poder, e sim o domínio das propostas de empresários de políticas liberais.

Krugman explica esses acontecimentos da seguinte forma: os professores constroem teorias e apresentam cautelosas sugestões de políticas públicas que, muitas vezes, não têm o impacto que os políticos desejam. Por outro lado, os empresários de políticas fornecem aos políticos as idéias que eles querem ouvir. Tais idéias são, na maioria das vezes, versões simplistas ou mesmo totalmente equivocadas de propostas acadêmicas, mas extremamente atraentes do ponto de vista do apelo político.

Os “professores” são, de modo geral, avessos aos meios de comunicação de massa, preferindo debater suas idéias com colegas, nos círculos acadêmicos das revistas e seminários especializados. Dentre eles, Krugman cita, no lado dos conservadores, Milton Friedman, Martin Feldstein e Robert Lucas. Composto a ala dos liberais, estão os nomes de Paul Romer, Gregory Mankiw e, certamente, embora a modéstia o tenha impedido de se autorreferenciar, o próprio Krugman.

O empresário de políticas é um intelectual profissional que pode ter formação e até mesmo atuar na área acadêmica, mas cuja verdadeira vocação é a de comunicador. Krugman cita, entre outros, Arthur Lafer e Lester Thurow que, além de possuírem doutorado na área, exercem o cargo de professores de economia. Entretanto, na maioria das vezes, os empresários de políticas estão baseados nos *think tank* de Washington ou em ambientes universitários heterodoxos, como a Kennedy School de Harvard, e não têm formação de economista, sendo frequentemente ex-jornalistas, advogados ou de outras profissões. A principal característica de um empresário de políticas é a capacidade de oferecer respostas fáceis e diagnósticos categóricos, mesmo em situações nas quais um professor não está pronto (ou disposto) a oferecer qualquer tipo de certeza.

O livro está organizado em três partes. Na primeira, o autor apresenta os argumentos utilizados pelos economistas conservadores no (bem-sucedido) ataque a Keynes. Seus principais alvos são os altos impostos e o Estado do bem-estar social. Contudo, suas propostas são difíceis de entender e repassar aos eleitores, sem os ingredientes necessários para convencer o público da possibilidade de realização da mágica da prosperidade. Nesse vácuo de mercado, surgem os *supply-siders* que chegam ao poder em 1984, fornecendo os elementos para o que Reagan proclamou com euforia de “o amanhecer da América”.

Na segunda parte, Krugman analisa — a partir de dados sobre o crescimento econômico, o aumento do déficit público e a deterioração da distribuição de renda — o desempenho e o relativo fracasso do conservadorismo (na versão dos *supply-siders*) no poder. Nesse último ponto, vale notar algumas semelhanças com o que vem ocorrendo no Brasil do Plano Real, como por exemplo, o empobrecimento crescente da classe média, acompanhado de um significativo enriquecimento dos mais ricos.

Na terceira e última parte, o livro apresenta como a oscilação do pêndulo econômico, através do retorno intelectual ao keynesianismo, foi mal-interpretada pelos partidários do comércio estratégico, a versão liberal dos *supply-siders*. Krugman faz uma severa crítica ao que ele considera os falsos teóricos do comércio estratégico, representados por Lester Thurow, do MIT, e Robert Reich, da John F. Kennedy School of Government, de Havard. A questão básica refere-se à confusão entre os conceitos de produtividade e competitividade. Para Krugman, os “comerciantes estratégicos” cometem um erro grosseiro ao atribuir à competitividade internacional de um país — e não, como seria correto, à produtividade — um papel primordial no aumento do nível de vida da população.

Nessa terceira parte, Krugman expõe as razões do ressurgimento do keynesianismo, estimulado por uma nova compreensão das imperfeições do mercado. Nesse sentido, vale citar, a chamada economia do QWERT, um processo estudado por Paul David e Brian Arthur, ambos de Stanford, no qual o mercado leva muitas vezes à utilização de tecnologias inferiores e, portanto, menos eficientes.

Krugman termina o livro com algumas proposições sobre “o que deve ser feito”, que são, de certo modo, frustrantes, porque em pouco diferem das

prescrições dos economistas conservadores, constituindo-se essencialmente do “feijão com arroz” das medidas propostas nos livros texto de economia: controle do déficit público, através do aumento de impostos e gastos do governo; regulamentações mais eficazes e menos dispendiosas; controle dos gastos com o sistema de saúde e outras coisas do gênero. O livro é realmente muito melhor quando analisa, faz diagnósticos e prognósticos, do que quando prescreve.

É importante observar, no entanto, que Krugman é um desses poucos economistas com coragem de afirmar que não têm resposta para tudo. Essa humildade intelectual é artigo raro, que dificilmente se encontra num mundo onde os “empresários de políticas” são cada vez mais numerosos e onde os professores — essa espécie, como diz Krugman, “ligeiramente ridícula como os pingüins e os avestruzes” — correm o risco de desaparecer se nenhuma providência ecológica for tomada.

Adriano Pires Rodrigues

Luiz Fernando Loureiro Legey

Professores da Coordenadoria dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

A proteção social e o mundo do trabalho

Rosa Maria Marques
São Paulo, Bienal. 1997

Uma das questões cruciais deste conturbado final de século, é certamente o destino dos trabalhadores no mundo globalizado. Após décadas de Welfare State, o sistema de proteção social, arduamente construído nos embates da primeira metade deste século, é ameaçado por importantes transformações no mundo do trabalho. Como se constituiu esse sistema de proteção, porque ele entrou em crise e para onde ele caminha são as principais questões que Rosa Maria Marques se dispõe a responder nesse seu instigante trabalho *A proteção social e o mundo do trabalho*.

Ela procura mostrar, com a autoridade de quem tem muitos anos de pesquisas e estudos empíricos sobre o assunto, quais são as causas da precarização

do trabalho deste final de século e as conseqüências da crise do Estado para os sistemas de proteção social. Na era de ouro do capitalismo, que se verificou no após guerra, se conciliou o alto nível de emprego, sonhado por Keynes, com altas taxas de acumulação, que viabilizaram a universalização de sistemas de proteção social nos principais centros capitalistas. Porém, dos anos 70 em diante, o capitalismo perde seu vigor e a corda arrebentou do lado dos trabalhadores. Nesse período de encolhimento da riqueza social, a burguesia perde os anéis, mas os trabalhadores perdem os dedos, os empregos e parte das conquistas obtidas nos tempos de glória do sindicalismo e das políticas keynesianas. Estamos diante da crise do regime fordista

de acumulação, que deixa “O mundo do trabalho de pernas para o ar”, conforme feliz título de um dos capítulos do livro de Rosa Marques.

É fácil verificar que Rosa Marques não se satisfaz com respostas ligeiras, diferenciando-se daquela penca de autores, que reduzem o desemprego e a precarização do trabalho a uma mera questão tecnológica, no estilo do “horror econômico”. Sua análise vai fundo e concilia uma abordagem histórico-institucional, como manda a boa tradição da economia política, com um análise integrada e abrangente do conjunto de determinações que dá conta, conforme diz Paul Singer no prefácio do livro, da grande transformação pela qual passa o capitalismo contemporâneo e toma a forma de crise do mundo do trabalho.

Para começar, Rosa Marques nos oferece um rico panorama histórico de como se constituiu o sistema de proteção social, desde o século passado até nossos dias, destacando as várias interpretações sobre o assunto e demonstrando o papel dos trabalhadores nesse processo. Ela demonstra também como foi a ascensão do movimento de massas no imediato pós-guerra e a crescente influência política dos trabalhadores que ajudaram a estruturar o Welfare State, ampliando a proteção social para todos os segmentos da população. No entanto, ela assinala que isso é apenas uma faceta da questão, porque, por outro lado, o sistema de proteção social, organizado pelo Estado, também foi importante para o capital, uma vez que auxiliou na formação da classe trabalhadora, colocando a força de trabalho a serviço da valorização do capital.

Esse quadro relativamente favorável aos trabalhadores passou a desmoronar com o fim do ciclo de expansão do pós-guerra, quando os lucros se reduziram, o déficit público alargou-se e o peso da previdência e demais elementos do sistema de proteção social tiveram de ser ampliados, justamente para dar conta, seja de uma população com maior longevidade, seja de um novo contingente de desempregados, que proliferaram por toda a parte.

Daí para frente Rosa nos mostra, com a riqueza de dados que uma tese de doutorado da FGV exige, como se deu a crescente precarização do mundo do trabalho. Diante do desemprego em massa e da crise do Estado, tem lugar o fortalecimento das forças conservadoras, portadoras do neo-liberalismo, que vão enfraquecer o sindicalismo e reduzi-lo a uma pálida sombra do que fora no pós-guerra. Eis

aí o cenário ideal para a “introdução do trabalho em tempo parcial, ao questionamento de todas as formas de regulamentação do trabalho construídas ao longo de décadas e, também as propostas de extinção dos encargos sociais das empresas” (p.120).

Entretanto, Rosa Marques nos mostra que, no frígido dos ovos, os sistemas de proteção social dos países avançados não chegaram até agora a serem mortalmente atingidos, mas seguem ameaçados pelo aumento da demanda de serviços de proteção que os novos desempregados exercem e pela redução do volume de contribuintes. Daí o empenho dos governantes para reformar os sistemas de previdência, privatizar a saúde e demais serviços públicos e, no limite, substituir todo o sistema de proteção social pela concessão aos trabalhadores de uma renda mínima, conforme foi defendido, entre outros, por Milton Friedman, de modo a desobrigar o Estado desses serviços. E aqui Rosa Marques aborda uma questão polêmica, que traz a discussão para mais perto do Brasil, que, aliás, mal conheceu um verdadeiro Welfare State e possui um precário sistema de proteção social.

Rosa Marques assinala que, apesar da proposta de renda mínima ter surgido da lavra dos liberais, hoje seus proponentes filiam-se a todas as escolas de pensamento, inclusive àquelas correntes progressistas que julgam que o trabalho está irremediavelmente em declínio, tornando impossível sustentar o atual sistema de proteção social. Nesse caso, a renda mínima seria concedida indistintamente a quem trabalha e a quem não trabalha. Neste ponto Rosa Marques discorda, e a meu ver com razão, desse diagnóstico de encolhimento inevitável da demanda de trabalho devido ao progresso técnico do capitalismo. É verdade que o avanço tecnológico e a automação eliminam milhares de postos de trabalho em vários ramos da indústria, como também é verdade que novos empregos são criados nas novas atividades que surge todo o dia. Não se pode olhar apenas para o que acontece com o emprego industrial. É preciso atentar para a ampliação dos postos de trabalho no setor terciário. Mas o nó duro da questão do emprego neste final de século está relacionado menos com a questão tecnológica, e mais com o ritmo incipiente do capitalismo em escala mundial na fase descendente do ciclo. A questão é saber o que aconteceria com o emprego, se o PIB das economias desenvolvidas tivesse crescido a 3 ou 4% ao ano nas décadas 70 e 80 e não metade disso, como de fato ocorreu.

Portanto, como corretamente assinala Rosa Marques, a questão do desemprego está fundamentalmente relacionada com o ritmo de crescimento, e os aumentos de produtividade podem ser ajustados com a redução da jornada de trabalho. Dessa maneira, não fica descartada a hipótese de que a um novo ciclo de expansão capitalista esteja associada à geração de empregos, em quantidade maior que a redução provocada pelas novas tecnologias.

Basta observar o avanço do emprego que se verificou nos Estados Unidos, nos últimos seis anos, que não pode ser atribuído exclusivamente ao barateamento da mão-de-obra, mas sobretudo ao maior ritmo de crescimento da economia americana. É evidente que a redução dos salários elevam os lucros e induzem as empresas a maiores investimentos. Mas a questão não se esgota aí. É bom não esquecer os prognósticos de certos economistas do século XVIII, que, diante da introdução das

máquinas no processo produtivo, sentenciavam o fim dos postos de trabalho.

Mas o trabalho de Rosa Marques não se limita a analisar o mundo do trabalho e a proteção social dos países avançados. A quarta parte do livro é dedicada a uma acurada análise da proteção social e a renda mínima garantida no Brasil. Não cabe aqui, neste curto espaço, adiantar todas conclusões e roubar do leitor o prazer de descobri-las por si mesmo. Basta apenas assinalar que o estudo de Rosa Maria Marques coloca no seu devido lugar uma das discussões mais importantes sobre o futuro capitalismo e sobretudo sobre o destino dos trabalhadores.

Guido Mantega

Professor de Economia da Escola de
Administração de Empresas
da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo

Formação econômica do Brasil

Amaury Patrick Gremaud, Flávio Azevedo Marques de Saes e Rudinei Toneto Jr.
São Paulo, Atlas, 1997.

A elaboração de um manual de *Formação econômica do Brasil* voltado a alunos de curso de graduação em economia é empreendimento corajoso, porquanto permeado de riscos. Isto não só pela extensão do conteúdo — a rigor, do período colonial às incertezas da conjuntura —, como pela necessária polêmica envolvida nos temas, seja pela natureza mesma da área ou por restarem ainda grandes lacunas na literatura, as quais só podem ser resolvidas por pesquisas empíricas. Parto do suposto, facilmente verificável na história da ciência, que quanto menor o grau de consenso dentro da comunidade científica sobre determinado objeto, mais difícil é expô-lo, resumi-lo e comparar os diversos modelos e alternativas teóricas com pretensão de abarcá-lo. Como o que carece de verdades, ou sujeito a intermináveis contendas, poderá ser sumariado sem frustrar os leitores de manuais, ávidos por respostas prontas e definitivas?

Os autores desta obra, vinculados à FEA-USP — o segundo é professor, e o primeiro e o último, doutorandos nessa instituição —, aceitaram o desafio da síntese mas não se propuseram propria-

mente a ter como resultado do trabalho um manual, mas um texto de leitura de apoio. Isto significa que sua proposta didática, por assim dizer, não dispensa a leitura das obras mais importantes; e que, quanto à forma de exposição, não se propõe a uma apresentação fechada do estágio das artes em cada tema, o que suprimiria o debate e as controvérsias. Reconhecendo a pluralidade de perspectivas e a diversidade de cortes analíticos com os quais se pode reconstituir a formação econômica brasileira, por exemplo, com ênfase nas atividades produtivas regionais, ou restringindo-se à história da política econômica, ou, ainda, catalogando e expondo a riqueza de novos trabalhos e teses anualmente incorporados ao conhecimento da área, não restou aos autores senão fazer sua escolha. Esta consistiu em focar principalmente as obras “clássicas” — por exemplo, Prado Jr., Novais e Gorender para o sistema colonial; Furtado e Tavares para a substituição de importações.

Como toda opção, esta envolve vantagens e desvantagens. Ganha-se sobretudo na facilidade de exposição, o que toma o texto claro e enxuto, em-

preendimento não desprezível numa obra escrita por três autores. Porém, perde-se em parte a riqueza dos debates, visto que muitas vezes as interpretações e hipóteses das obras consagradas constituem objeto de testes e críticas de dissertações e teses com indiscutíveis méritos acadêmicos. Lançando mão de certa licenciosidade, e inspirado em T. Kuhn, compararia as obras “clássicas” a paradigmas, que ganham adeptos e defensores, mas concorrentes entre si como paradigmas alternativos. A crítica a um paradigma não significa o aparecimento em pouco tempo de outro para substituí-lo; muitas vezes a agonia é lenta, sem que se tenha outra visão globalizante consistente para ocupar seu lugar. Neste momento da produção científica, as obras tanto contestatórias como apoloéticas, teóricas ou empíricas, são tão ou mais importantes que as “clássicas”, principalmente para aqueles que são introduzidos na ciência, pois delas deve emergir o núcleo de futuras pautas de pesquisa. Para evitar esta objeção, uma alternativa factível e de baixo custo aos autores seria pelo menos arrolar alguns temas em que o debate é inconcluso, fazendo referências, preferencialmente com breves comentários, a trabalhos que podem induzir a outros. Afinal, coerente com sua proposta, não se trata de manual, mas de texto de apoio.

Mas respeitando a opção metodológica dos autores, e que, a rigor, talvez seja mesmo a mais apropriada diante da complexidade da proposta, não há dúvida de que a exposição das principais obras é competente e, o que não deixa de ser raro, fiel aos autores selecionados, havendo a preocupação de deixar claro ao leitor o *approach* ou visão mais abrangente subjacente a cada um deles. Cabe salientar que embora abarque da época colonial à atualidade, na verdade o livro detém-se no período entre 1889 e 1984; trata-se, nas palavras dos autores, sobretudo de “entender o processo que transformou uma economia agrícola do começo do século XX em importante economia industrial na segunda metade do mesmo século”. Não se encontrará, então, v. g., o debate entre papelistas e metalistas durante o Império; a política econômica anterior à proclamação da República também não é abordada, a não ser a que diz respeito à escravidão. Mas se o objetivo é entender o processo de transição de uma economia rural para outra, urbana e industrializa-

da, alguns aspectos talvez merecessem maior ênfase ou mesmo menção, como a origem do empresariado industrial e a formação do mercado de trabalho para a indústria, o significado do Estado Novo e do nacionalismo de Vargas, temas já suficientemente abordados pela literatura e que vêm sendo objeto de debates na academia.

Finalmente, cabe mencionar mais três aspectos que certamente valorizam a obra e a qualificam como texto de apoio. Em primeiro lugar, o fato de, mesmo nos temas mais polêmicos, os autores não se eximirem de fazer uma avaliação crítica da literatura selecionada, tomando muitas vezes partido por uma tese ou outra. Rompe-se, assim, com aquele falso ar de neutralidade dos compêndios tradicionais que, ao esconderem o que pensam e o que propõem, acabam pecando pela parcialidade implícita, algo corriqueiro mas cada vez menos tolerado nas ciências ditas sociais (nas outras, há muito desapareceram). Em segundo lugar, o fato de não se restringir às ações do Estado na economia, como na política econômica, resgatando a idéia de processo em que existem agentes, classes e instituições; enfim, onde há uma economia real que produz, consome, investe, decide, erra e acerta. Poder-se-ia dizer, *cum gnano salis*, que se estuda a política monetária de uma época não como um fim em si mesmo ou para saber se as autoridades monetárias “erraram” ou “acertaram” tendo em vista determinado modelo, o que epistemologicamente até pode ter sentido, mas certamente é estéril do ponto de vista prático: procura-se, isto sim, desvendar o sentido e o impacto que tiveram as diretrizes de política monetária sobre a economia real. E finalmente, em terceiro lugar, a presença no início de cada capítulo de uma síntese dos principais marcos políticos do período a ser abordado, fomando um quadro que facilita a reconstituição da época e, se não chega a concretizar a evidente indissociabilidade entre história econômica e história política, esforça-se no sentido de aproximá-las. Um dever amaríssimo, como diria o famoso personagem machadiano.

Pedro Cezar Dutra Fonseca

Professor Titular e Pesquisador do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFRGS.

Inequality reexamined

Amartya Sen
Oxford, Oxford University Press, 1992

O sempre importante tema da equidade social encontra-se, novamente, na ordem do dia. Desta vez, às antigas desigualdades de países como o nosso soma-se a crescente inequidade que se manifesta no interior das sociedades integrantes do núcleo central do capitalismo ocidental. Oferecer um marco analítico para abordar o tema da inequidade já seria motivo suficiente para conferir relevância ao livro de Sen.

Note-se, demais, que as formulações desse autor constituem-se na principal referência teórica da noção de desenvolvimento humano, para a qual o ser humano é o objetivo último do desenvolvimento econômico e social. Essa noção vem sendo crescentemente utilizada como critério de avaliação das conquistas dos países e para comparação entre eles com base nos indicadores de desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Ambas as razões justificam o destaque à recente reedição da monografia *Inequality reexamined*, originada de um conjunto de conferências proferidas pelo autor, no período 1986-89, em especial a *Simon Kuznets Memorial Lectures*, na Universidade de Yale, em 1988. A monografia pretende propor tanto uma metodologia para abordar a questão da equidade, como um método substantivo para avaliar os arranjos sociais em geral.

O livro está organizado em torno da pergunta “Equidade em quê?”. Segundo o autor, tal questionamento impõe-se pela diversidade real entre os indivíduos, que o leva a rejeitar a “retórica da equidade” baseada na máxima “todos os homens são criados iguais”. A resposta à pergunta requer identificar o “espaço central” onde a equidade deve ser definida, já que a opção por uma variável tornaria inevitável admitir a inequidade em outra(s). Para Sen, esse espaço corresponde ao da liberdade de promover objetivos que as pessoas têm razão para valorizar, liberdade que estaria condicionada por suas “capacidades” (*capabilities*) de alcançar “modos de funcionar” (*functionings*) — modos de fazer e de ser — que lhes pareçam valiosos.

O modelo ora apresentado é resultado de um

longo esforço analítico que remonta ao início dos anos 70, com a proposição pioneira de Sen de que a fome deve-se a problemas aquisitivos causados por falhas no sistema de titularidade (*entitlement system failures*). De relação causal, a noção de titularidade torna-se, agora, instrumental à de “capacidade” de empreender atividades e existências valiosas, que por sua vez deriva da noção primitiva de “funcionar”. Faz parte do mesmo esforço o intento de construir uma alternativa aos supostos teóricos convencionais da economia do bem-estar, sem abandonar o instrumental próprio ao que ele chama, sintomaticamente, de economia padrão.

Sen propõe que a avaliação de equidade esteja assentada na idéia de liberdade, na oportunidade real de conseguir, ao invés de avaliar-se o que foi conseguido, como fazem, usualmente, as teorias do bem-estar que pretende superar. Referência especial é feita à teoria da justiça de John Rawls, a qual concentra-se nos meios para a liberdade propiciados pela distribuição de “bens primários”, em lugar de focalizar o alcance da liberdade determinado pelas “capacidades” dos indivíduos. A liberdade, argumenta ainda o autor, comporta um aspecto “ação” (*agency*), de livre arbítrio, que se manifesta na realização de objetivos relacionados ou não ao bem-estar pessoal. Valendo-se da idéia de escolha contra-factual, liberdade significa o poder efetivo de atingir o que se escolheria caso houvesse a chance de escolher. A avaliação da inequidade fica, desse modo, dependente dos propósitos das pessoas, que são plurais.

A pobreza deve ser entendida como a incapacidade de buscar o bem-estar com base em diagnóstico sobre “modos de funcionar” e “capacidades”, e não uma questão de insuficiente bem-estar derivado da privação com respeito a cestas de mercadorias ou meios de vida. O conceito relevante de pobreza, portanto, é o de inadequação (inadequação de renda), em lugar de “baixeza” (baixa renda).

Sen concorda que, em certos contextos, as diversidades significativas referem-se não a indivíduos, mas a grupos (por razões de classe, gênero, região etc.). Nesses casos, a importância do enfo-

que reside no que ele é capaz de dizer sobre as inequidades entre os indivíduos integrantes dos diversos grupos. A superioridade desse enfoque na análise de oportunidades-liberdades econômicas, em relação a outros métodos de diferenciação social como as classes sociais da teoria marxista, estaria em ir além da diversidade de classes, de formas de propriedade e ocupação — para não mencionar as avaliações restritas ao nível de renda monetária — enquanto fatores que afetam a vida e as liberdades dos indivíduos.

Destaque-se a contraposição que o autor estabelece com três argumentos que justificam a ocorrência de inequidades. Ao argumento do “espaço errado” (não se deve buscar equidade em dada variável) contrapõe a definição da equidade no “espaço central” das capacidades. Já os argumentos baseados em preocupações de eficiência — o do “incentivo” (papel funcional da inequidade como estímulo às pessoas) e o da “assimetria operacional” (originada dos talentos e habilidades pessoais, e das indivisibilidades das oportunidades econômicas) — perderiam parte de sua força com o explícito reconhecimento das diversidades humanas “mais profundas” ou “prévias” (tais como as de gênero, idade e classe). Ademais, seria menos problemático adotar políticas voltadas a desfazer inequidades derivadas dessas diversidades do que as oriundas de esforço e aplicação voluntários.

Sen sustenta que as demandas por equidade devem ter em conta as considerações de natureza acumulativa e as correspondentes demandas de eficiência. Porém, a admissão de tratamento preferencial (como na seleção de dirigentes por mérito) e de que pode ser impossível ter equidade (na ocupação de cargos) sem ineficiência e perdas gerais, é compatível com uma definição de eficiência, no “espaço das capacidades”, análoga à de eficiência econômica, segundo a qual o fortalecimento da capacidade de alguém não implica reduzir o nível de liberdades e capacidades dos demais.

Finalmente, o autor sugere que a abordagem da equidade nas liberdades (liberdade de escolha como instrumento do bem-estar individual) pode ser relacionada a diferentes fundamentos avaliativos.

O pretendido pluralismo ético do enfoque de

capacidades é um dos aspectos da opção de Sen em valer-se do instrumental analítico da economia convencional para criticar o utilitarismo da economia do bem-estar e para construir um enfoque alternativo. Na linha de outros intentos renovadores da análise econômica convencional, seu modelo incorpora, com destaque, as noções de assimetria, falhas de mercado e direitos de propriedade. Foge aos limites de uma resenha explorar todas as implicações dos comentários anteriores.

A opção metodológica de Sen permite estabelecer ainda paralelos entre sua obra e os esforços analíticos de identificar os chamados micro-fundamentos dos fenômenos sociais. Comentaristas atribuem-lhe um individualismo moral, pois os arranjos sociais ou estado das coisas são avaliados segundo o bem-estar e a liberdade dos indivíduos. Não se pode desconhecer, contudo, a crítica arrasadora feita pelo mesmo Sen aos supostos do individualismo metodológico acerca do comportamento dos indivíduos, e o fato dele apartar-se da conhecida teoria do capital humano. Finalmente, caberia discutir se a noção de desenvolvimento humano é plenamente intercambiável com a tradicional noção de desenvolvimento social. O próprio Sen admite a necessidade de diferenciar os grupos socioeconômicos ao desagregar a análise com o intuito de considerar a pluralidade de causas da inequidade e a assimetria dos seus impactos. Em lugar de “modos de funcionar” desenraizados, há que ter em conta que as vidas individuais estão enraizadas em instituições sociais, e que o bem-estar individual reflete o “pertencimento” a um grupo particular. Portanto, deve-se “desindividualizar” ou desprivatizar o significado de privação através de noções como a de exclusão social. O desafio parece estar em combinar o movimento analítico “de baixo para cima”, centrado na noção de desenvolvimento humano, com o tradicional enfoque “de cima para baixo”, centrado na noção de desenvolvimento social.

Renato Sérgio Maluf

Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade,
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro